

Mídia e movimentos sociais contemporâneos

A luta do sujeito pela construção do significado*

*Kelly Prudencio***

A discussão sobre os movimentos sociais mostra-se importante para compreender as formas de ação coletiva num período marcado por uma série de transformações na sociedade civil. Uma das mais importantes se dá na relação entre os movimentos sociais e a mídia, lugar do conflito simbólico que os atores sociais travam no cenário contemporâneo. Os processos da globalização, intensificados pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação, provocam uma mudança do contexto da política, até então entendida como núcleo da ordem social, criando algumas tendências que reorientam a ação dos atores coletivos.

Essas tendências, apresentadas por Norbert Lechner (1996) são 1) a diluição das dicotomias políticas que ordenavam identidades coletivas e conflitos sociais; 2) os processos de globalização e segmentação¹; 3) a reorganização do Estado pela sociedade de mer-

* Texto apresentado no II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Identidade, Diferença e Mediações. Florianópolis, 8-11 de abril de 2003. Submetido ao Colégio Editorial em setembro de 2003, logo indicado para publicação.

** Jornalista, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná em 1994. Especialista em Filosofia Política também pela UFPR em 1996. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2000, onde defendeu a dissertação "ONGs ambientalistas: estratégias de visibilidade". Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e membro do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da mesma universidade.

¹ Ao mesmo tempo em que há um aprofundamento da participação dos diversos países no novo sistema mundial, ocorre o agravamento da desigualdade e exclusão social, principalmente na América Latina, porque "la globalización no es un fenómeno externo al país, sino una completa, aunque diferenciada, restructuración social en el interior de cada país" (LECHNER, 1996, p.5).

cado²; e 4) a aceleração do tempo e o predomínio da imagem (desenvolvimento dos meios de comunicação).

Como desdobramentos dessas dinâmicas, ocorrem o descentramento e a informalização (desinstitucionalização) da política, e uma nova relação entre público e privado. Também a ideia de democracia é redefinida para uma combinação entre integração – cidadania, liberdade de escolhas políticas – e respeito das identidades, necessidades e direitos dos atores sociais³.

Nesse contexto, desenvolve-se uma nova geração de conflitos sociais e culturais, caracterizados pela luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa. A essa reorientação da ação coletiva, Touraine (1997) define como chamamento ao sujeito – uma resistência a uma forma de dominação social contra a qual se invoca valores, orientações gerais da sociedade que opõe ao adversário para privá-lo de legitimidade. Nesse sentido os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita (Touraine, 1997, p. 101-3), mas lutam pela democratização das relações sociais.

² O Estado encontra dificuldades para representar e regular a diversidade dos processos sociais, de modo que as reformas em marcha são orientadas pelo aspecto econômico, o que debilita a referência ao Estado e à política como destinatários das demandas sociais. Em consequência, as dinâmicas de desenvolvimento adquirem um ar de fenômenos naturais e os atores coletivos ao mesmo tempo interiorizam e refutam a lógica da eficiência, da produtividade e da competitividade.

³ Com o desaparecimento de alternativas revolucionárias de mudança social, com a globalização das comunicações e com a dinâmica de mercado, a (re)definição de democracia fica pendente no novo contexto. Se até o século XVIII, a ideia referia-se à soberania de um povo e à destruição de um regime tradicional de direito divino e hereditário, no século seguinte, ela se confundiu com a ideia de nação e de representatividade. Nesse momento, democracia se vale, portanto, como soberania de um povo e defesa dos direitos do homem. Esses direitos, no entanto, no século XX, são amplamente mais definidos, primeiro como civicos, e mais tarde também como sociais e culturais. “O objetivo principal não é mais derrubar um poder tradicional, mas proteger-se contra um poder que se identifica com a modernidade e com o povo e deixa cada vez menos espaço à contestação e às iniciativas” (TOURAINÉ, 1998, p.344). Segundo o autor, é preciso combinar integração, entendida como cidadania, liberdade de escolhas políticas, com o respeito das identidades, das necessidades e dos direitos dos atores sociais. Isso afasta a sociedade de uma concepção popular e de uma concepção liberal da democracia.

Touraine classifica essa forma específica de ação coletiva como movimentos societais – aqueles que combinam conflito social com projeto cultural, definido por referência ao sujeito (Idem, p.104), e defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se em referências morais e na consciência de um conflito com um adversário social (possuem uma vertente utópica e uma vertente ideológica). Em outros termos, a reconstrução da identidade pessoal não se efetua mediante a identificação com uma ordem global, econômica, natural ou religiosa, mas pelo reconhecimento da dissociação dos elementos que formavam uma experiência integrada. Diante da impossibilidade de localizar o adversário (não mais identificado exclusivamente com uma classe, um partido ou o Estado), o chamamento ao sujeito é um processo de identificação e não mais de identidade e se evidencia onde a lógica das técnicas e dos mercados entra em conflito com a lógica do sujeito. (Idem, p. 118).

Essa imagem difusa do adversário social (não mais identificada com uma classe) é consequência da sociedade da informação, como defende Alberto Melucci (1999), que se caracteriza pelo caráter reflexivo, artificial e construído da vida social; por contextos representados e retransmitidos pelos meios de comunicação; pela planetarização do sistema, pela mundialização dos problemas e dos terrenos em que nascem os conflitos (impacto simbólico); e pela informação como recurso que chega à sociedade quando outras necessidades estão satisfeitas (Melucci, 1999, p.113). Bens materiais são produzidos e consumidos com mediação dos sistemas informacionais e simbólicos, caracterizando os conflitos fora do sistema tradicional industrial (Melucci, 1989).

Assim, a ação coletiva reivindica poder de decidir e controlar a existência da sociedade, manifesta a natureza contratual da vida social (capacidade de negociar objetivos), revela o caráter transnacional dos problemas e conflitos contemporâneos e a interdependência global do sistema mundial. Isso implica reconhecer a impossibilidade de eliminação do conflito e das diferenças, a necessidade de limites – e sua negociação depende de sua visibilidade.

“O que caracteriza os movimentos não são o que fazem mas o que são” (Melucci, 1999, p. 101). “O significado da ação se encontra na ação em si, mais que em seus objetivos. Há, portanto, uma renovação da linguagem, dos hábitos, das culturas, que se traduz em resistência aos códigos operacionais pela alteração da lógica dominante num terreno simbólico. Os movimentos contemporâneos questionam a definição de códigos, uma forma de leitura da realidade e oferecem outros modos de definir o significado da ação individual e coletiva. São assim novos meios de comunicação – anunciam à sociedade que algo é possível, dão visibilidade a uma “nebulosa” submergida (Idem, p.103). Obrigam aparatos de poder a justificar-se, a fazer pública a sua lógica e a debilidade de suas razões; fazem visível o poder.

Nesse sentido, as formas organizativas tradicionais (entre elas a mídia, como sustenta esse artigo) são inadequadas para representar novas demandas – incapazes de adaptar-se à pluralidade de atores e temas que a ação coletiva incorpora. Ainda assim, a fragmentação da ação coletiva exige uma forma de representação política para traduzir as mensagens e convertê-las em decisões políticas (Melucci, 1999, p. 105).

O núcleo central dos conflitos contemporâneos está, portanto, na produção e reapropriação do significado. Se a informação não existe independente da capacidade humana de percebê-la, é crucial controlar os códigos que permitem organizar e decodificar informações. E o controle da informação depende do controle dos códigos que permitem processá-la. Porque o poder não se exerce apenas sobre conteúdo, pois o conflito da sociedade da informação – controle, capacidade de resistência e subversão dos códigos – se expressa na forma da ação coletiva (Idem, p. 123-4).

Mídia como instituição de mediação

Nesses termos, trata-se de entender de que forma a mídia, na sociedade da informação, se relaciona com os processos sociais. En-

tendida não apenas como suporte técnico-instrumental, a mídia⁴ caracteriza-se como campo autônomo e influente nas formas de visibilidade pública dos outros campos sociais. Para poder existir para os outros, os atores coletivos buscam na mídia um espaço para veicular informação e, principalmente, que as idéias publicizadas sejam aceitas e incorporadas pelos destinatários. Geralmente a mídia não é vista como um processo de mediação de sentidos, mas como mera técnica⁵. No entanto, ao transformar fatos em notícia, a mídia se converte numa tecnologia não somente cognitiva, mas produtora do real, que aspira a uma visibilidade plena, sugerindo identificação absoluta entre ver e crer (Sodré, 1996). Portanto, a mídia, mais que informar, organiza os fatos de uma forma particular.

A comunicação mediática ou mídia é inaugurada no século XIX e supõe a emergência de mudanças inspiradas pela modernidade. As mensagens tornam-se públicas sem troca ou intercâmbio, portanto, sem procedimento dialógico, "com aparatos sociotecnologicamente configurados" (Rubim, 1995, p.43). Há nesse processo a transformação da mídia de intermediária a produtora de bens simbólicos, lugar da *re-produção* (no sentido de produzir mais uma vez) dos discursos sociais, através da incorporação de suas regras. A emergência da questão comunicacional está ligada à necessidade de dar conta das estratégias discursivas que se dão no espaço público, como estratégia de mediação e produção de sentido (Rodrigues, 1990).

O poder da mídia, portanto, não está precisamente nos conteúdos que transmite, mas no ato (monopolizado) de enunciar, o que

⁴ O termo mídia, derivado do inglês *media*, significa mediar. Dessa forma, ora aparece na sua forma inglesa ou portuguesa, de acordo com as abordagens teóricas do objeto. Também seus derivados midiático e mediático. Aqui ela é entendida como campo ou instância de mediação.

⁵ Os meios de comunicação são tidos como instrumentos a serviço de uma causa democrática. Uma amostra pode ser verificada nos artigos *Campanhas de ONGs no ciberespaço*, de Beatriz Baldim (www.facasper.com.br/jo/pesquisa/download/campanhas1.rtf) e *Informática e comunicação para uma sociedade democrática. Uma abordagem sobre organizações, propostas e ideologias no cenário brasileiro*, de Adilson Cabral (Intercom, setembro/2001).

institui sociabilidades. As percepções e concepções de espaço e tempo se alteram. Situações não experimentadas, somente comunicadas, transformam-se em vividas ou “tele-vividas”. “O mundo se nos apresenta nas linguagens e como linguagens” (Rubim, 1995, p.45)

A emergência do campo dos *media* faz com que a visibilidade do social torne-se cada vez mais contida e controlada pela mídia. Dessa forma, as análises de conjunturas políticas e econômicas devem ser acrescidas de uma análise do cenário construído pela mídia. Rubim entende que a política se vê expropriada do momento de sua realização pública, tendo que incorporar a comunicação como momento essencial de sua realização e não como mera divulgação do fato político. “Construir um fato político hoje pressupõe avaliar e resolver a questão da possibilidade de trânsito desse ‘fato’ na dimensão pública da sociedade, engendrada pela mídia” (Rubim, 1995, p.47).

Aceitar tal pressuposto significa reconhecer o caráter midiático da sociedade atual. No entanto, aceitar a incorporação da comunicação pode significar também a submissão às regras e formatações da mídia, o que coloca uma questão: pode a forma (midiática) descaracterizar o conteúdo (político) das lutas dos atores contemporâneos?

De qualquer forma, o campo dos *media* apresenta-se como lugar central na gestão dos conflitos de legitimidade do tecido social (Esteves, 1998). É através do campo dos *media*, nas suas instâncias especializadas de mediação, que ocorrem a expressão simbólica das posições sociais em disputa, a sua divulgação pública e sua elaboração racional e argumentativa, resultando daí um imperativo para as ações dos agentes sociais em geral - a busca dos objetivos e a defesa dos interesses tornam-se indissociáveis deste espaço social de mediação.

A primeira questão discutida em qualquer estratégia que visa assumir socialmente uma determinada posição consiste em definir um quadro apropriado de interação com os media. É convicção hoje aceite de que neste passo inicial comece por se jogar de forma determinante o

êxito ou o insucesso da acção prosseguida, embora à primeira vista isso possa parecer completamente estranho aos fins últimos da acção (ESTEVES, 1998, p.169).

Essa centralidade faz da mídia um espaço social de negociação permanente entre os diferentes campos sociais. Isso acaba por estabelecer como recurso estratégico das relações sociais, colocando o campo dos *media* na gênese da proliferação de organizações e movimentos sociais contemporâneos (Esteves, 1998). Essa centralidade influi sobre as formas de sociabilidade contemporâneas e, conseqüentemente, sobre as formas de ação coletiva, no sentido de que esta passa a demandar um componente comunicacional estratégico.

Essas características conferem um relativo poder à mídia, capaz de determinar que assuntos serão discutidos pelo público e passam, de certa maneira, a orientar as formas de relacionamento do homem com a realidade. No entanto, ao transformar fatos em notícia e, conseqüentemente, enquadrar aspectos da realidade numa maneira particular de discurso, a mídia reduz os processos sociais a fenômenos simétricos, nos quais as posições em disputa parecem lutar em igualdade de condições. No caso dos movimentos sociais contemporâneos, o recurso da manifestação dos “dois lados” evidencia essa construção. Assim, nesse modo de fazer e dizer, a mídia traduz a demanda das ações coletivas como simples reivindicação e não apreende a complexidade das mensagens da sociedade.

Em outras palavras, as ações coletivas contemporâneas chocam-se com as práticas institucionais tradicionais da mídia – a polarização e personificação de adversários, a exigência por objetivos definidos, e meios racionais para sua obtenção – um fechamento que não se observa na ação coletiva mostrada. O ato de mostrar se orienta por uma dinamização – exigência de dois pólos visíveis em disputa, o certo e o errado – e conseqüentemente por uma eventualização – a transformação de um fato em espetáculo.

Tem-se um quadro de confronto de campos sociais cujos modos de ler a realidade são diferentes. Ao mesmo tempo, os atores

sociais assimilam uma certa lógica midiática (espetáculo) para negociar sua visibilidade, condição para sua existência social. Nesse sentido, a análise de Melucci (1999), que define as ações coletivas contemporâneas como novos meios de comunicação (sua existência é a sua mensagem política) apresenta-se pertinente, assim como a luta do sujeito, formulada por Touraine (1997): trata-se de um conflito que tem como meta social a reapropriação dos códigos para remeter à realidade. A mídia, nesse duelo, é o terreno no qual se trava essa luta, ora enquadrando o novo sentido numa fôrma velha (instrumentalidade), ora abrindo possibilidades para a construção de outras formas de perceber a realidade. Assim, é possível pensar a ação coletiva como processo de reelaboração das formas pelas quais comunicamos nossas experiências.

As redes de ações e as redes de comunicação

As possibilidades para a construção de outras leituras podem ser evidenciadas no fenômeno da projeção de imagens institucionais no ciberespaço⁶, com o objetivo de atrair indivíduos para um âmbito específico da ação. Essa forma de comunicação recentemente inaugurada atua sobre o cotidiano das pessoas (Palacios, 1996).

Essa nova forma de sociabilidade altera o conceito tradicional de comunidade, definido pela pertinência (projeto comum, ação or-

⁶ A palavra "ciberespaço" surgiu em 1984 num romance de ficção científica de William Gibson. Para Lévy, designa "o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos [...], na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização" (LÉVY, 1996, p.92). Refere-se ainda aos conceitos de tempo real, hipertexto, interação, virtualização da informação - que está fisicamente situada em algum lugar, mas também virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja pedida. Essa característica conduz também à virtualização das organizações, que tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados. Virtual, portanto, é uma não presença, ao mesmo tempo em que há a possibilidade de localização em qualquer lugar do ciberespaço.

ganizada); pela permanência, pela territorialidade física e por uma organização visível.

Nas comunidades virtuais, esses elementos constitutivos são abalados. Ocorre o desencaixe entre o sistema de pertinência e a localização, pelo "deslocamento das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço" (Giddens, 1991 *citado por* Palacios, 1996, p.96). Pelo fato de as relações se darem entre ausentes, sem interação face a face, a pertinência nas comunidades virtuais é sempre à distância, o processo de desencaixe atinge o seu limite.

Essa pertinência também é determinada pela múltipla inscrição social, característica da sociabilidade contemporânea, e continua a ser um processo contingencial: o indivíduo envolve-se em diversas comunidades por uma série de circunstâncias (geográficas, sociais, históricas, sexuais, etc.). Nas comunidades virtuais, esse processo é sempre eletivo.

A territorialidade torna-se puramente simbólica, uma vez que a rede é um "não lugar"⁷. A permanência é relativa e se dá por um processo de ativação e desativação. Há uma diferença das comunidades virtuais criadas no ciberespaço para as comunidades institucionalizadas fora da rede, as quais têm permanência de seus membros previamente garantida e se utilizam da rede como extensões da sua ação com função de atrair outros membros.

O sentimento de comunidade, cooperação e projeto comum, nas comunidades contemporâneas, se reformula diante da predisposição dos atores para ações voltadas para o presente, o que provoca crise da idéia de projeto para o futuro.

Esse processo aponta para o renascimento de um ativismo político, desacreditado nas últimas décadas, composto por um mosaico de grupos militantes, como ecologistas, *gays*, feministas, campone-

⁷ Expressão do antropólogo francês Marc Augé, no livro *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus: São Paulo, 1994 (citado por RONDELLI, 1996 e PALACIOS, 1996).

ses, etc. Indica ainda que a ação coletiva se redefine diante do surgimento de mídias interativas e, ao invés de insistir apenas em formas de afrontamento, os atores sociais buscam também afirmar-se enquanto sujeitos. Isso exige redirecionar o olhar analítico sobre as formas de sociabilidade engendradas pelas mídias.

Isso é decisivo quando se assiste à emergência dos chamados movimentos de resistência global (rotulados pela mídia de antiglobalização), cuja articulação depende fundamentalmente das redes de computadores. A composição social desses movimentos é muito diversificada, abarcando movimentos, associações, redes de luta, organizações de espectro variados, como Ongs, movimentos rurais, entidades de defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, centrais sindicais, entre outros. Outra característica que também pode ser fruto desta heterogeneidade de atores sociais é a não existência de líderes do movimento. Não há uma ou mais figuras responsáveis pelo cargo de porta-vozes das reivindicações.

A unidade deste novo ator sociopolítico de caráter mundial surge quando as diversas organizações percebem que seus temas e demandas estão relacionados. Assim, as organizações identificam elos comuns de lutas e reivindicações. Forma-se então uma rede de resistência que se expressa através de desobediência civil e de propostas alternativas a um modelo de globalização, considerado a principal causa da exclusão social existente hoje no mundo.

Por acreditar que é possível uma nova orientação ideológica para a globalização, esses atores criticam duramente os efeitos destrutivos da política neoliberal nos planos social e cultural e também denunciam as contradições do modelo econômico da globalização. Em função disto, os principais alvos do movimento são as agências financeiras internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os movimento de resistência global também consideram a cúpula do G-8 – grupo dos sete países mais ricos somados à Rússia – como alvo de seus protestos. Alguns

dos objetivos pelos quais os movimentos lutam são: exigência do cancelamento das dívidas dos países pobres; proteção do meio ambiente; modificação das regras do comércio internacional, com a limitação do poder do capital global e a denúncia contra o superpoder das multinacionais.

Essas características – diversidade de movimentos, ausência de líderes e uma crítica abrangente ao modo de produção social – tornam mais difícil a sua apreensão pelas regras discursivas da mídia. O rótulo “anti” evidencia aquela exigência de definição das posições em disputa; é uma tentativa de personificação que demonstra uma desorientação e uma incapacidade para enquadrar essas manifestações pelas suas práticas.

A gênese dos movimentos de resistência global remete ao ano de 1996, entre os dias 27 de setembro e 3 de agosto, no México, onde aconteceu o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Participaram mais de 3.000 pessoas de mais de 40 países. Este encontro é considerado o “primeiro elo do movimento internacional contra a mundialização liberal” (Seoane; Taddei, 2001, p. 154).

É principalmente pela internet, que esse encontro é organizado e que um movimento de resistência global começa a ser difundido. A internet, nesse contexto, transforma-se no espaço de reconhecimento desses atores e pode ser entendida como a rede que articula diferentes atores sociais, os quais se unem em torno de uma possível unidade de objetivos, ainda que essa unidade seja provisória, efêmera e contingente.

As manifestações desses movimentos apresentam um caráter de espetáculo, forma que pode ser pensada como a incorporação de algumas regras midiáticas no sentido da negociação de visibilidade. O caso mais emblemático foi a ‘Batalha de Seattle’, no final de 1999, quando o movimento coloca em circulação uma declaração dos membros da sociedade civil mundial que são contrários à constituição de um mercado global dominado pelas corporações transnacionais. Tudo

isto é gerado em função da reunião da Organização Mundial do Comércio, marcada para novembro daquele ano, para o início do *Millenium Round* - 'Rodada do Milênio', negociações governamentais tendentes à liberalização mundial do comércio" (Seoane; Taddei, 2001, p. 160).

Várias organizações do movimento preparam os ativistas para esta reunião, através de debates, seminários e também com *técnicas de protestos não violentos*⁸. Estudantes, feministas, ecologistas, camponeses, agricultores, ativistas de direitos humanos marcham para o centro da cidade para se manifestarem contra as políticas da OMC. As ruas estão bloqueadas, mesmo assim eles protestam em frente aos hotéis das delegações oficiais e em torno do Centro de Convenções, onde está prevista a cerimônia de abertura da Rodada do Milênio.

Depois de Seattle, vários outros momentos, conhecidos como Dias de Ação Global (Ludd, 2002), tornam-se os nós dessas redes. Foi assim em Gênova, em julho de 2001, quando os manifestantes (cerca de 150 mil pessoas vindas de várias partes do mundo) já eram esperados pelos soldados, numa demonstração do reconhecimento dos resistentes como organização. O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, 2002 e 2003, para ser um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, de Davos, representa o fortalecimento dessa resistência global e uma necessidade, ainda que contestada, de institucionalização.

Por se tratar de uma demanda diversa e bastante complexa, sua tradução operada pela mídia fica comprometida por um tipo de manejo do código; este mesmo que os resistentes procuram subverter. A internet passa a ser, então, uma alternativa comunicacional para os movimentos, ainda que com muitas restrições em termos de alcance público.

⁸ Entre essas técnicas, os ativistas treinaram maneiras de serem "pegos" pelas fotos e imagens de TV com o objetivo de causar um impacto simbólico. Numa das fotografias, uma estudante aparece com uma rosa vermelha na boca, sendo impedida por uma barreira de policiais.

Uma ressalva é necessária. As mais recentes análises sobre as possibilidades de comunicação e organização social pela internet têm se mostrado um pouco deslumbradas⁹. Colocam a mídia tradicional comercial como representante do poder do adversário e a internet como seu contraponto mais imediato. É uma visão simplista que ainda concebe a mídia como mero instrumento técnico que, em boas mãos, pode servir à democracia. Não se dão conta de que o que convencionam chamar de mídia alternativa (e a internet tem sido incluída nessa categoria, apesar da exclusão digital) também reproduz, se não o discurso, pelo menos a forma hegemônica de ler a realidade social, apenas se coloca de um outro ponto de vista, um outro conteúdo. Não subverte, portanto, mas só troca de lugar. A “subversão”, como frisou Melucci (1999), não está no conteúdo livre e abundante que circula na internet, mas na forma pela qual os atores se apropriam da informação, traduzem-na nos termos de suas demandas e realizam um trabalho de mediação de significados.

Nesse sentido, tentei argumentar que, antes de eleger a mídia como o grande inimigo a combater, é necessário compreender sua lógica de funcionamento para situá-la como ator influente numa sociedade em que sua leitura da realidade traduz o grande fluxo de informação produzido pelos sistemas de conhecimento. E que os

⁹ Dênis de Moraes, no artigo *Comunicação virtual e cidadania* (www.saladeprensa.org/art156.htm) supervaloriza o ambiente da internet como espaço de comunicação. Entende que a possibilidade de transmitir as reivindicações se dá sem “os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia” e também permite “driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social”. “Essa imagem da Internet como um mega-sistema planetário em constante mutação e saudável desordem justifica a sua classificação de Babel cultural do final do milênio. No ciberespaço, as contradições não precisam ser silenciadas, porque é da essência mesma do virtual a veiculação simultânea e indefinida de conteúdos, pouco importando as suas procedências, os seus alinhamentos ideológicos, as suas armas de confrontação e fascínio”. Considerar que os filtros ideológicos, as formas de poder e de silenciamento das contradições não acontecem no ciberespaço é conceber que os atores sociais, pelo fato de se relacionarem com um ambiente tecnológico, se despem de suas posições e não entram no ciberespaço também para competir definições de realidade. Ver nota 5.

outros atores sociais trabalham com essa leitura para construir as suas próprias, o que sugere que essa discussão refere-se a questões muito mais complexas que extrapolam o velho e superado postulado da onipotência da mídia ou da difusão das tecnologias (e ideologias) da informação em escala global.

Referências Bibliográficas

- ESTEVES, João P. *A ética da comunicação e os media modernos*. Legitimidade e poder nas sociedades complexas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- LECHNER, Norbert. Las transformaciones de la política. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 58, nº 1, enero-marzo de 1996, p. 3-16.
- LUDD, Ned (org.). Urgência das ruas. Black Block, *Reclaim the Streets* e os *Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora, 2002.
- MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999.
- _____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*, nº 17. CEDEC, 1989.
- PALACIOS, Marcos. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço: apontamentos para uma discussão. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton J. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- RODRIGUES, Adriano D. *Estratégias de comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença: 1990.
- RONDELLI, Maria Elisabeth. Sociabilidade, espaço público e comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton J. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- RUBIM, Antônio. Comunicação, sociabilidade e mal-estar da/na modernidade. *Revista Geraes*. FAFICH, UFMG, nº 47, 1995.
- SEOANE, José & TADDEI, Emilio. *Resistências mundiais*. De Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SODRÉ, M. Reinventando a cultura. *A comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TOURAINÉ, Alain. Podemos viver juntos? *La discusión pendiente: el destino del hombre em la aldea global*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1997.
- _____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.